

Esquerda dá de zero a 10 e a direita idem

PC do B acha Carta retrógrada; PCB, avançada; PFL, retrógrada; PDS, avançada

SUELENE TELES
Da Editoria de Política

Uma grande batalha por um novo ordenamento jurídico para o País terminou ontem sem conseguir agradar a gregos e troianos. Ao final da grande luta, ainda no calor das emoções, diversos combatentes, muitas vezes atuando em campos opostos, acabaram por confirmar uma mesma visão para os resultados obtidos. Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações e uma das lideranças do Centrão, definiu a nova Constituição com as mesmas palavras que seu arquiinimigo político, Haroldo de Lima (PC do B-BA). Para eles, a Constituição elaborada é retrógrada.

Coincidentemente, o líder do PDS na Constituinte, senador Jarbas Passarinho, se referiu ao novo texto constitucional com a mesma simpatia que o líder do PCB, Roberto Freire. Segundo Passarinho, esta é uma Constituição equilibrada, que contém avanços indiscutíveis. Mais animado, Freire a definiu como democrática, moderna e avançada, considerando-a como um instrumento importante

para que o trabalhador viabilize uma sociedade mais democrática e mais justa. A única discordância entre eles é que enquanto o líder do PCB limitou-se a elogiar o novo texto, o senador do PDS criticou-o por "suas incursões estatizantes".

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), assim como o presidente do PT, Olívio Dutra, criticaram a nova Constituição manifestando pontos de vista semelhantes. Sem poupar elogios ao capítulo referente aos direitos dos trabalhadores, Humberto Lucena, no entanto, declarou ser um grande retrocesso o texto relativo à reforma agrária. Olívio Dutra considerou a nova Constituição avançada em relação às outras que o País já teve e criticou-a por manter as estruturas elitistas, "deixando de beneficiar 13 milhões de brasileiros, quando proíbe a desapropriação do grande latifúndio".

Tucanos e pelélistas também se uniram neste final de festa, aplaudindo juntos o novo texto. Para o secretário-geral do PSDB, Euclides Scalco, a Constituição apresenta grandes avanços no aspecto da cidadania, da ordem social e

e econômica e na distribuição de renda. Para Scalco, ela é mais avançada que o perfil dos que compuseram a Constituinte. "Não atendeu às aspirações de todos, mas foi o possível dentro do contexto em que foi votada", disse ele.

Destacados estrategistas da Constituinte e ocupantes de postos-chaves nos embates travados ao longo de 19 meses de trabalho, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o líder do PFL, José Lourenço, e o co-presidente da Constituinte, senador Afonso Ari-nho, também se misturaram nas declarações de amor e indiferença à nova Constituição.

Para Bernardo Cabral, a Constituição votada será a guardiã da esperança do povo brasileiro. Cético, Carlos Sant'Anna a definiu como a "Constituição que representa a sociedade responsável pela escolha dos Constituintes. "Não é boa nem ruim, mas é possível", disse. Neste mesmo tom, José Lourenço arrematou: "Não é tão boa que possamos nos orgulhar nem tão ruim que devamos nos envergonhar".



Roberto Freire (PCB)



Nelson Jobim (PMDB)



José Lourenço (PFL)



Cardoso (PSDB)

Comunista faz elogio à Carta

O líder comunista Roberto Freire elogiou o novo texto constitucional, que classificou de "democrático, moderno e avançado". Para ele, "mesmo contando com imperfeições, ambiguidades e excessos corporativistas, a nova Constituição tem fôlego suficiente para abrir espaço à participação no jogo político de todas as correntes e segmentos sociais, incluindo os próprios comunistas e o conjunto da classe trabalhadora".

Freire atribuiu ao seu partido a iniciativa histórica de propor a realização de uma Assembleia Constituinte. "Fomos a primeira organização no País, ainda nos idos de 67, durante o sexto Congresso, realizado na mais rigorosa clandestinidade, a erguer a bandeira da Constituinte". Ele pregou a necessidade de um engajamento ativo nas futuras batalhas em torno da elaboração da legislação complementar e de esforços para divulgar a nova Carta.

Após fazer um balanço dos principais avanços garantidos no novo texto, Roberto Freire ressaltou a importância da participação dos movimentos populares e sindicais. "Talvez o elemento mais rico do aprendizado democrático", afirmou. O deputado acreditou que esta participação ofereceu aos cidadãos "avanços na sua consciência e prática", simultaneamente à conquista das leis.

— Os cidadãos aprenderam a não mais submeter a luta política e os instrumentos legais, a se unir e se organizar para influir no processo de estruturação do poder na sociedade.

Líder desafia a aplicar texto

Depois de ressaltar o processo democrático que envolveu a elaboração da Constituição — "somos todos vencedores e vencidos", disse — o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), desenvolveu seu pronunciamento desafiando a Casa a trabalhar pela aplicação da nova Carta. "Se fazer o texto foi difícil, sua vigência é o nosso grande desafio", advertiu. Para isto, ele sabe que o parlamento conta com a retomada de suas prerrogativas, mas que cabe exclusivamente aos parlamentares demonstrar competência para exercê-las.

"O viver democrático importa a competência do viver do Parlamento", destacou. "Poderes novos nos foram outorgados e nós devemos demonstrar à Nação que temos competência para exercê-los", disse Jobim. Ele reafirmou que é no exercício diário do Legislativo que deputados e senadores poderão responder se são ou não realmente democratas, referendando e zelando pela Carta que acabaram de construir juntos.

Jobim pediu soluções novas, capazes de corresponder à restituição das prerrogativas que a Carta prevê para o Congresso Nacional. Deixou claro que o fortalecimento do Legislativo, com a demonstração de competência no exercício dos novos poderes, será a única forma de restabelecer junto à Nação a confiança para com seus representantes. "O único local possível de produzir a vontade da sociedade é o Parlamento", acrescentou.

PFL duvida da aplicabilidade

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA) votou a favor do texto final da Constituição duvidando da aplicabilidade de muitos dos dispositivos da ordem econômica e da ordem social. Em seu pronunciamento ontem, para encaminhar a votação da bandeira, Lourenço reconheceu, no entanto, que a nova Carta é "um retrato fiel do esforço e do empenho democrático das múltiplas forças e interesses representados nesta Casa". Para ele, "cada artigo, cada parágrafo, testemunha a cota de realização e de renúncia de cada um de nós".

José Lourenço centrou suas críticas sobre o "corporativismo" que identifica entre os dispositivos da ordem social, e aos "obstáculos à reestruturação da economia brasileira" que tentou excluir do capítulo da ordem econômica. "Na área social", disse ele, "estamos aprovando uma Constituição de direitos, quase nunca de deveres, influenciados por uma lógica corporativista que pretende transformar em preceito constitucional interesses específicos e particularizados, em detrimento dos interesses maiores da Nação", completou.

Segundo ele, pode-se dizer o mesmo em relação à ordem econômica. E enumerou os pontos que na sua avaliação contrariam os interesses nacionais: "A definição de empresa nacional; a limitação de acesso às encomendas do setor público; a proibição de contratos de risco; a virtual eliminação do investimento estrangeiro na mineração; a limitação da taxa de juros reais para os bancos".

Processo educa sobre direitos

"Tão importante quanto as normas que estamos aprovando é o fato de que, talvez pela primeira vez, o povo tomou consciência do que são os seus direitos", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso, ao subir à tribuna no horário reservado ao PSDB. Ele lembrou que este caráter educativo do processo constituinte aconteceu porque a população foi convidada a participar e atendeu ao chamado.

— Recebemos milhões de assinaturas encaminhando emendas populares e todo o receio manifestado de início porque resolvemos abrir o debate popular rapidamente se dissipou — disse. Na sua opinião, este processo fez com que, pela primeira vez na sua história, o Brasil tenha uma Constituição que espelha os desejos de boa parte da população.

DEFEITOS

Fernando Henrique não ignora os defeitos da nova Carta, mas acredita que ela assegure, "como nenhuma outra", os direitos dos cidadãos, o que é, na sua opinião, o seu grande mérito. "Sem direitos não há liberdade e sem liberdade não há avanço social", lembra.

O senador também destacou a ampliação dos poderes do Legislativo e chamou a atenção dos seus colegas para a mudança do papel dos parlamentares com a nova ordem constitucional. "Daqui para a frente, a responsabilidade será de todos nós, para estarmos à altura das nossas atribuições", alertou.

Desiludido Lula explica o não do PT

Não foi desta vez que a classe trabalhadora teve uma Constituição voltada para seus interesses, disse o líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, ao justificar a decisão do seu partido de votar não ao texto da nova Carta Magna. Lula também afirmou que o PT assinaria a Constituição por significar o cumprimento formal de sua participação no processo.

O líder do PT lembrou que ao chegar ao Congresso constituinte não tinha a ilusão de que os problemas nacionais seriam todos resolvidos nem de que "a composição seria favorável àqueles que sonharam por uma Constituição melhor". Registrou a participação do PT, que já em março do ano passado, apresentou um projeto de Constituição "que não era socialista, mas dentro dos parâmetros permitidos pelo capitalismo".

Lula reconheceu o esforço do seu partido, como das demais forças progressistas e, apesar das perspectivas de apresentar à opinião pública uma nova Constituição ainda no ano passado, isto só não foi possível devido "aos setores conservadores ligados ao Palácio do Planalto e ao poder econômico, que criaram os mais diferentes tipos de embaraço". O deputado, apesar das críticas ao novo texto constitucional — dirigidas principalmente ao capítulo da reforma agrária — considerado por ele mais retrógrado que o próprio Estatuto da Terra, do Marechal Castello Branco — enumerou os diversos avanços contidos na Ordem Social e nos direitos dos trabalhadores.

Antes mesmo do líder justificar o voto não do PT, no horário destinado aos líderes partidários, vários deputados petistas se anteciparam durante o chamado pinga-fogo e rezevearam-se no microfone para explicar porque não concordavam com o texto da nova Constituição. Lula resumiu o pensamento de sua bancada ao afirmar que o importante "é termos espaço para ser contra ou a favor". Apesar de algumas críticas dirigidas ao seu partido, de que este estaria votando não às virgulas, Lula disse que o PT entendia ser esta uma votação de mérito, mais importante que a votação de etapas anteriores. "O PT vai votar contra, porque entende que mesmo com avanços, essenciais como o Foder, a propriedade privada e a tutela militar permaneceram", concluiu.

Plenário desatento é repreendido

Ao contrário da sessão que marcou o término das votações do segundo turno, a de ontem se arrastou por cinco horas, sem a emoção que contagiara os constituintes quinze dias antes. Durante três horas, os representantes dos partidos com assento na Constituinte revezaram-se na tribuna com discursos que pouco despertaram a atenção do plenário.

O flagrante desinteresse nos históricos discursos irritou alguns dos oradores. "Senhor presidente (Ulysses), senhores constituintes, hoje mais leitores do que ouvintes", ironizou o senador Jarbas Passarinho aos que liam jornais no plenário. A ironia surtiu efeito: o seu discurso foi dos poucos a provocar um silêncio

respeitoso no plenário.

Uma mesma tentativa de repreensão havia sido feita antes pelo líder do PSB, deputado Ademir Andrade, sem sucesso. Como Ademir se prolongava demais na tribuna, os ouvintes começaram a puxar um discreto coro de assobios. O deputado protestou: "Seria educado que os exaltados se colocassem no devido lugar".

O deputado Siqueira Campos (PDC-GO) também relutou em deixar a tribuna. Os protestos, no entanto, desta vez partiram do próprio presidente Ulysses Guimarães, que foi obrigado a tocar insistente-mente a campainha antes de conseguir parar Siqueira, que discorria sobre a principal contribuição de

seu bancada à nova Constituição: a criação do estado do Tocantins.

Outro que enalteceu vibrando as conquistas de sua bancada, foi o líder do PTB, deputado Gastone Righi. Ele chegou ao extremo de creditar exclusivamente ao seu partido a paternidade de capítulos inteiros — Ordem Social, Direitos dos Trabalhadores, Saúde e Educação.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) criticou o caráter corporativista da nova Constituição que, na sua opinião, tem raízes no início do século, mas disse acreditar que a reforma constitucional de 93 "consagrará um modelo que nos tire desta visão corporativista, a causa dos nossos problemas".

AMIGO PRODUTOR

Veja bem esta novidade:

"1ª FEIRA DE OFERTAS AGROPECUÁRIAS DO ARMAZÉM DO FAZENDEIRO"

De 23 DE SETEMBRO a 1 DE OUTUBRO com grandes atrações para você.

ALGUMAS PRESENÇAS CONFIRMADAS:

Carrinho de mão Cz\$ 3.870,00	Mangueira 2"x4mm (50m) Cz\$ 11.796,00
Lona CARRETEIRO 2x3m Cz\$ 1.828,00	Meta Bicheira SHELL 500 ml Cz\$ 333,00
Carpideira TATU/5 onzadas Cz\$ 18.890,00	Cavadeira articulada n.º 3 Cz\$ 1.246,00

"SE O ARMAZÉM NÃO VAI À FEIRA, A FEIRA VEM AO ARMAZÉM."

APROVEITE ESTA OPORTUNIDADE. VENHA FAZER A FEIRA!

Armazém do Fazendeiro

O Amigo Verdadeiro

MATRIZ - GAMA
Quadra 5 - Lt. 1 - Setor Sul
Tel: 556-1118

FILIAL - ASA NORTE
SCLRN 706 - Bl. G (em frente ao Minibox)
Tel: 274-7997

NOTA OFICIAL

REFORMA BANCÁRIA

O Sindicato dos Bancários de Brasília vem a público para lavar mais veementemente protesto contra a reforma bancária aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em reunião de 21.09.88.

Não poderemos no espaço desta nota, fazer análise detalhada da resolução, mas sentimos na obrigação de mostrar ao público o que nela existe de antipatriótico e antipopular.

PRIMEIRO, abre as portas dos bancos nacionais para a participação do capital estrangeiro. Ora, como, na prática, todos os bancos nacionais já têm seus parceiros de capital alienígena, fica comprovado que o que se pretende é a venda dos bancos oficiais, tais como o Banco do Brasil, a CEF, o Banco da Amazônia, do Nordeste, do Crédito Cooperativo, do Estado de São Paulo, do Banco de Brasília e tantos outros.

SEGUNDO, a modificação imposta ao sistema financeiro irá gerar a demissão de milhares e milhares de bancários, com a liquidação dos conglomerados e sua reunião num único banco múltiplo.

POR ÚLTIMO, mas não menos importante, ela caracteriza o desprezo absoluto do Poder Executivo pelo Legislativo, adotando medida de tal profundidade às vésperas mesmo da promulgação da Nova Carta, sequer se preocupando com o visível conflito entre o texto constitucional e a decisão do Conselho Monetário Nacional.

O Sindicato dos Bancários com seu protesto, exige, ainda uma vez que essas medidas não sejam, de forma alguma, implementadas de pronto, o que somente poderia ocorrer se e quando viessem a ser examinadas pelo Congresso Nacional, isto é, pelo poder da República onde o povo está efetivamente representado.

A Diretoria, em 23.09.88

O BRASIL NA NOVA CARTA

A face oculta do 'desmonte'

NEWTON CARDOSO

A sociedade e, em particular, os Constituintes precisam estar informados de que seu desejo e seu esforço para tornar o Estado brasileiro mais democrático e mais racional correm o risco de se perderem, dentro de alguns dias. Isso se deve a uma manobra sutil, embutida na chamada "Operação Desmonte", refletida na proposta orçamentária da União.

Por se tratar de matéria que desperta pouco interesse, quando nada por sua aridez e complexidade, a proposta orçamentária é o meio quase perfeito que a União encontrou para tornar sem qualquer efeito prático o avanço democrático que, através da Constituinte, pretende-se alcançar com a Reforma Tributária.

A manobra é sutil mas seu efeito é simples e devastador: A União continuará de tal forma poderosa e os Estados e Municípios tão sufocados financeiramente, que o conhecido "pires na mão" tornará a todos dóceis às vontades de Brasília. Partidos políticos, correntes de opinião, lideranças, nada disso terá a menor importância. A dependência financeira colocará, novamente, todos "de joelhos" ante o poder central.

É simples. A União está pretendendo transferir aos Estados e Municípios mais obrigações e menos recursos. Mais do que isso. Está obrigando os Estados a um esforço que, de um modo geral, eles já fizeram. E pretende que os Estados honrem compromissos em prazos que a própria União nunca aceitou cumprir, tendo chegado até mesmo à moratória no exterior.

Ainda se pode ter a esperança de que o bom senso prevaleça. Que o Legislativo faça a estréia dos poderes que a Constituição lhe deu para, em nome do povo, garantir a democracia e a integridade do conceito de Federação. Ao fazer isso, os políticos mais conscientes estarão impedindo que se induza o Governo federal a mais um programa que não pode ser cumprido.

O Governo federal tem divulgado pelos jornais que os Estados e Municípios terão uma situação confortável em 89, em razão da Reforma Tributária. Afirma isso, mesmo sabendo que não é verdadeiro. Acontece que tem sido o melhor biombo que encontrou para submeter, mais uma vez, os Estados e Municípios às suas vontades. E pretende fazê-lo agora com o apoio desviado do Congresso Nacional.

De forma não explicitada, quer forçar os Estados e Municípios a desembolsar no próximo ano nada menos do que US\$ 3 bilhões, apenas num item discreta e nebulosamente colocado no Orçamento para 89. Ali, a área econômica do Governo planeja obrigar os Estados e Municípios a pagar, em 89, 25% do estoque das dívidas refinanciadas através do Aviso MF-09/85, dívidas essas que o próprio Governo federal tem lutado com os credores externos para refinanciar com prazos de até cinco anos de carência e sete anos para pagar.

Sob tal critério, a maioria dessas dívidas dos Estados ainda estaria na fase de carência e, ao entrar no período de pagamento, seriam diluídas em até sete anos. Logo, exigir a sua liquidação em apenas quatro anos é no mínimo desmesurado.

Todos temos consciência da gravidade da situação econômico-financeira do País neste momento. Os Governos dos Estados, muito mais do que o da própria União, têm realizado notáveis esforços de ajuste, o que talvez só tenha sido possível pelo respaldo moral decorrente da legitimidade de seus orçamentos.

Por que, então, transferir-lhes este ônus adicional se eles já têm dado a sua cota de sacrifício?

É importante notar que os principais focos de pressão do déficit público, conforme dados da proposta orçamentária federal, são:

- os gastos com pessoal; e
- os encargos da dívida pública — ambos da administração federal e que, juntos, representam 5,9% do PIB (respectivamente, 3,7% e 2,2%).

No entanto, dados recentemente divulgados pelo Banco Central demonstram que a parcela do déficit público que se atribui aos Governos estaduais e municipais — os "vilões dos gastos públicos" — não é superior a 1,5% do PIB.

Por que, então, forçar o ajuste sobre eles, se o problema mais grave está localizado justamente nas contas da administração federal?

Nada obstante os números mostrarem que o problema está localizado lá e não cá, a mensagem que encaminha ao Congresso o orçamento federal (art. 56) destaca a "rigidez" dos dispêndios com pessoal e encargos da dívida, ou seja, procura dar a entender que sobre tais componentes da despesa não podem ser feitos cortes.

No entanto, os Governos estaduais há muito já resolveram enfrentar, mesmo que à custa do desgaste político, o problema das despesas com pessoal. Praticamente todos os Estados abandonaram a política salarial federal, passando a reajustar salários em função do comportamento de suas respectivas receitas; caso contrário, estariam falidos.

Também no que concerne ao serviço da dívida ajustam-se os Estados e Municípios. A despeito de todas as dificuldades, têm cumprido os seus compromissos e quando não o fazem sofrem pesadas retaliações por parte do Governo federal, tais como o bloqueio de contas bancárias e embargos administrativos de diversas naturezas.

Informações divulgadas pela imprensa sinalizam que os Estados e Municípios seriam obrigados a pagar os 25% do estoque de dívidas do Aviso MF-09 (que na maioria dos casos supera os 75% da rolagem do serviço da dívida de 89) com o adicional dos Fundos de Participação que se espera partir do aumento na receita do IPI e IR, em 89, decorrentes de algum esforço fiscal já programado por Brasília.

Vale notar, porém, que esse esforço fiscal é apenas uma expectativa, mas a exigência de pagamento imediato de dívidas,

uma vez decidida, passa a ser uma regra a ser obedecida qualquer que seja o comportamento da Receita, sob pena de retaliação.

Ademais, a Reforma Tributária foi concebida para permitir aos Estados e Municípios alguma receita livre adicional. Não fosse esse objetivo, melhor seria não tê-la aprovada!

Enfim, o esforço de ajuste desejado pelo Governo federal deve ser apoiado por todos os segmentos da sociedade. Os Governos dos Estados também o apoiam. As premissas do ajuste proposto, porém, são injustas e pouco realistas.

Que não se manipule desta feita a opinião pública, associando-se a defesa dos legítimos interesses dos Estados, por parte de seus administradores, com o já tradicional estereótipo dos "vilões gastadores".

Já tem sido suficientemente injusta a enorme propaganda divulgada através da mídia nacional de que os Estados e Municípios estarão "nadando" em dinheiro após implantada a Reforma Tributária, argumento esse que tem dado respaldo à operação "Desmonte" e à transferência aos Estados e Municípios, de forma unilateral, de encargos até então custeados pelo União.

De fato, a União não mais contará com certo volume de recursos e necessita reduzir seus gastos. Mas ninguém pode afirmar com absoluta segurança que os Estados e Municípios passarão, simultaneamente, a contar com igual volume de receita.

A efetividade da premissa considerada pelo Governo federal dependerá dos termos de legislação complementar pertinente a essa matéria e, particularmente, da fixação de novas alíquotas, sobretudo porque a incorporação dos impostos únicos ao mecanismo do ICM deverá gerar créditos (abatimentos) que antes não existiam. E o Governo federal sabe perfeitamente disso!

De nada adianta, pois, tentar deformar a realidade, transmitindo à opinião pública ideias distorcidas a respeito das relações econômicas. A verdade é que, com ou sem Reforma Tributária, o Governo federal necessita cortar gastos. Mas os seus próprios gastos. E assumir o desgaste político de fazê-lo.

A hora é difícil para todos nós. Mais do que nunca é necessário equilíbrio e seriedade nas decisões dos homens públicos.

Ainda há tempo para se buscar o entendimento, com patriotismo e desprendimento. O bom senso recomenda, nesta hora, mais sensibilidade para se evitar confrontos que nada constroem. Ainda há esperança, mas todos temos que compreender a gravidade do momento que vivemos e nos empenharmos na busca de soluções que só serão duradouras se forem equilibradas.

Newton Cardoso é Governador do Estado de Minas Gerais.

Cabral entrega futuro a Deus

"O por fazer é só com Deus". Com este verso de Fernando Pessoa, o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) encerrou ontem seu pronunciamento sobre o texto final da Constituição, sugerindo que a aplicação da Carta está entregue ao futuro, que é incerto. Recheado de frases de efeito, seu discurso incluiu um enfático elogio a Ulysses Guimarães, que fez o presidente da Constituinte agradecer os aplausos do plenário com pose de candidato. Aproveitando a oportunidade, o próprio Ulysses devolveu os elogios engrandecendo o trabalho do relator.

Cabral qualificou a "caminhada" ao longo dos últimos 19 meses de "ádua, proveitosa, dramática, má e palmilhada com a independência que caracteriza a Assembleia Nacional Constituinte". Citou Deus mais de uma vez, lembrando que foi Ele quem lhe colocou sobre os ombros a tarefa que acabava de concluir.

Ulysses na TV bate recorde

O presidente Ulysses Guimarães é o recordista em presença no Diário da Constituinte tendo aparecido na televisão 180 mil vezes nos últimos 19 meses. O vice-campeão é o deputado Bernardo Cabral com 140 mil aparições, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela Clip e Clipping Publicidade e Produções.

O trabalho da Clip e Clipping registrou 151 mil 585 horas ocupadas por todas as emissoras de televisão so com o Diário da Constituinte, o que constitui mais um recorde de 18 mil 645 quilômetros e 81 metros de fitas usadas. Num paralelo feito pela empresa, essas fitas dariam para fazer uma ponte de ida e volta a Londres.

Entre as reportagens, entrevistas, debates e simples policiais foram gastos 75 mil 796 fitas VHS e os temas que mereceram mais espaço e polêmica foram o mandato presidencial e a reforma agrária. Toda essa atuação não vai ficar apenas nos números. A Clip e Clipping decidiu premiar os campeões de espaço televisivo com troféus e medalhas, numa festa que está sendo programada para o final do ano.